

Aplicando a LAI e a LGPD de Forma Harmônica

Instrutora: Vânia Vieira

Doutora em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Compliance pelo Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) e Especialista em ESG pelo IBMEC. Bacharel em Direito pela UFMG e em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais. É Procuradora Federal da Advocacia-Geral da União (AGU) e Pesquisadora do Núcleo de Direito Setorial e Regulatório da UnB.



Apresentação

A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527/2011, de 18.11.2011, consolidou no Brasil a publicidade como regra e o sigilo como exceção, estruturando os deveres de transparência ativa e passiva de todos os órgãos e entidades públicas.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, de 14.08.2018, por sua vez, instituiu um regime de proteção que também vincula integralmente o Poder Público.

No cotidiano das organizações, os dois regimes se encontram o tempo todo: pedidos de acesso que envolvem dados pessoais, divulgação da remuneração de agentes públicos, listas de beneficiários de políticas públicas, dados abertos e informações constantes de contratos e processos administrativos.

Decidir mal, em qualquer direção, gera responsabilização: negar acesso indevidamente viola a LAI e sujeita o agente às sanções nela previstas; divulgar dados pessoais indevidamente viola a LGPD e expõe a organização à atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e ao dever de reparar danos. O tema ganhou ainda mais relevância com a elaboração, pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela ANPD, do Guia de Transparência e Proteção de Dados Pessoais, submetido a consulta pública em 2026.

O curso tem por objetivo proporcionar aos participantes a compreensão dos dois regimes jurídicos e, principalmente em termos práticos, dos critérios de ponderação entre publicidade e proteção de dados nas situações concretas do dia a dia, com análise de precedentes da CGU, da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), da ANPD e do Poder Judiciário, das técnicas de compatibilização — como anonimização, pseudonimização e agregação — e dos fluxos institucionais de decisão, para que o participante saiba decidir e motivar adequadamente cada caso.

Programa:

1. O Regime da Transparência Pública (Lei de Acesso à Informação – LAI)

- a. Publicidade como regra e sigilo como exceção
- b. Transparência ativa e transparência passiva: deveres dos órgãos e entidades
- c. O pedido de acesso: prazos, competências e instâncias recursais
- d. Hipóteses de restrição: sigilos legais, informações classificadas e informações pessoais
- e. Responsabilidades dos agentes públicos por negativa indevida e por divulgação indevida

2. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD no Setor Público

- a. Conceitos fundamentais: dado pessoal, dado pessoal sensível, tratamento, controlador, operador e encarregado
- b. O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: bases legais e requisitos
- c. Direitos do titular e seu exercício perante as organizações públicas
- d. O encarregado pelo tratamento de dados pessoais e a governança de privacidade
- e. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

3. Critérios de Ponderação entre Publicidade e Proteção de Dados

- a. Como os dois regimes se articulam
- b. Casos típicos: remuneração de agentes públicos, beneficiários de políticas públicas, dados em contratos, licitações e processos administrativos
- c. Precedentes e enunciados da CGU, decisões da CMRI, orientações da ANPD e jurisprudência
- d. O Guia de Transparência e Proteção de Dados Pessoais (CGU/ANPD)
- e. Atividade prática: resolução, em grupos, de casos típicos de pedidos de acesso envolvendo dados pessoais

4. Técnicas de Compatibilização, Transparência Ativa e Dados Abertos

- a. Anonimização, pseudonimização, agregação e tarjamento
- b. Transparência ativa e dados abertos com proteção de dados desde a concepção (*privacy by design*)
- c. Registro das operações de tratamento e relatório de impacto nas atividades de transparência
- d. Incidentes de segurança envolvendo dados publicados: prevenção e resposta
- e. Atividade prática: revisão de uma página de transparência ou de um conjunto de dados fictício

5. Implementando a Compatibilização nas Organizações

- a. Fluxos de atendimento a pedidos de acesso que envolvem dados pessoais
- b. Articulação institucional: Serviço de Informação ao Cidadão, encarregado de dados, assessoria jurídica, ouvidoria e áreas de gestão
- c. Normativos internos e modelos de resposta padronizados
- d. Capacitação das equipes e monitoramento da qualidade das respostas
- e. Atividade prática: simulação de atendimento a pedido de acesso e ao respectivo recurso

Público-alvo: autoridades de monitoramento da LAI e equipes dos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC); encarregados pelo tratamento de dados pessoais e equipes de privacidade; gestores e técnicos das áreas de ouvidoria, transparência, comunicação, dados abertos, gestão de pessoas e tecnologia da informação de órgãos e entidades públicas de todos os Poderes e níveis federativos, inclusive empresas estatais, conselhos de fiscalização profissional e serviços sociais autônomos; auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle; advogados, procuradores e demais profissionais que atuam na área jurídica.

Benefícios para os Participantes: o curso proporcionará ao participante conhecer e compreender os regimes da LAI e da LGPD e os critérios de sua aplicação harmônica no cotidiano das organizações públicas, inclusive por meio de casos concretos, precedentes e atividades práticas, com ferramentas aplicáveis de imediato — fluxos de decisão, técnicas de compatibilização e modelos de resposta motivada.

Ao término do curso o participante receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

Carga Horária: 20 horas

**Solicite uma Proposta para Cursos *In Company*.
Para mais informações, acesse:**